

**ERIK FREDERICO GRAMSTRUP**

Doutor e Mestre em Direito das Relações Sociais  
Especialista em Direito Tributário Aplicado à Administração  
Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Juiz Federal na 3ª Região

**MARIA VICTORIA MEIRELLES SOUZA SANTOS**

Foi advogada em São Paulo  
Assistente jurídico no Tribunal de Justiça de São Paulo  
Assistente de Direito Civil e de Direito Processual Civil na PUC-SP

# SUPPRESSIO E SURRECTIO

EFEITOS TEMPORAIS



Belo Horizonte  
2023

## CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jean Carlos Fernandes
André Cordeiro Leal	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jorge M. Lasmaz
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Antônio Rodrigues de Freitas Junior	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clémerson Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luis de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dircêo Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Edson Ricardo Saleme	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Eliane M. Octaviano Martins	Nelson Rosenvald
Emerson Garcia	Renato Caram
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Florisbal de Souza Del'Olmo	Rodolfo Viana Pereira
Frederico Barbosa Gomes	Rodrigo Almeida Magalhães
Gilberto Bercovici	Rogério Filippetto de Oliveira
Gregório Assagra de Almeida	Rubens Beçak
Gustavo Corgosinho	Sergio André Rocha
Gustavo Silveira Siqueira	Sidney Guerra
Herta Rani Teles Santos	Vladmir Oliveira da Silveira
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Wagner Menezes
Janaína Rigo Santin	William Eduardo Freire

---

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2023.

**Coordenação Editorial:** Fabiana Carvalho

**Produção Editorial e Capa:** Danilo Jorge da Silva

**Imagem de Capa:** Pexels (Pixabay.com)

**Revisão:** Responsabilidade do Autor

---

340.1  
G747s  
2023

Gramstrup, Erik Frederico.  
*Suppressio e surrectio: efeitos temporais* / Erik Frederico Gramstrup  
[e] Maria Victoria Meirelles Souza Santos. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2023.  
228 p.

ISBN: 978-65-5929-265-3  
ISBN: 978-65-5929-260-8 (E-book)

1. Direito. 2. Direito civil. 3. *Suppressio* – Conceito. 4. *Surrectio* – Conceito. 5. Abuso de direito. 6. Boa-Fé – Direito. 7. Direito adquirido. 8. Direito intertemporal. I. Santos, Maria Victoria Meirelles Souza. II. Título.

CDDir – 340.1  
CDD (23.ed.) – 340.1

Elaborada por: Fátima Falci  
CRB/6-700

---

### MATRIZ

Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion  
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000  
Tel: (31) 3031-2330

### FILIAL

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé  
São Paulo/SP - CEP 01006-000  
Tel: (11) 3105-6370

[www.arraeseditores.com.br](http://www.arraeseditores.com.br)  
[arraes@arraeseditores.com.br](mailto:arraes@arraeseditores.com.br)

Belo Horizonte  
2023

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1	
DO DIREITO .....	15
1.1. O DIREITO .....	15
1.1.1. O porquê de se estudar o que é o Direito.....	15
1.1.2. Noções introdutórias .....	16
1.1.3. A sociedade .....	17
1.1.4. A origem da norma .....	19
1.1.5. O mundo das normas.....	21
1.1.6. A justiça .....	22
1.1.7. A ordem.....	26
1.1.8. Direito justo <i>versus</i> Direito posto .....	28
1.1.9. Noção de Direito e sua finalidade.....	29
1.2. O DIREITO CIVIL.....	31
1.2.1. Jurisdição civil <i>versus</i> Direito Civil.....	31
1.2.2. O Direito é um só .....	32
1.2.3. O particular e a autonomia privada.....	33
1.2.4. Conteúdo do Direito Civil .....	36
1.2.5. A importância do Direito Civil.....	37
CAPÍTULO 2	
ATO ILÍCITO, ABUSO DE DIREITO E BOA-FÉ .....	39
2.2. ATO ILÍCITO .....	39
2.2.1. Conceito .....	39
2.2.1.1. Conduta antijurídica.....	41
2.2.1.2. Noção de culpa .....	42
2.2.1.3 Dano .....	43

2.3. O ABUSO DE DIREITO .....	44
2.3.1. Origem .....	44
2.3.2. Conceito .....	47
2.3.2.1. O abuso de direito como espécie de ato ilícito .....	50
2.3.2.2. A adoção da teoria objetiva .....	51
2.3.3. O abuso de direito como cláusula geral .....	52
2.3.4. Abuso de direito e dano .....	53
2.3.5. Exemplos práticos do exercício abusivo de direitos .....	55
2.3.6. As balizas impostas pelo art. 187 do Código Civil .....	55
2.3.6.1. Excesso manifesto .....	56
2.3.6.2. Fim social .....	56
2.3.6.3. Fim econômico .....	57
2.3.6.4. Bons costumes .....	58
2.4. BOA-FÉ .....	58
2.4.1. Abuso de direito e boa-fé .....	61
CAPÍTULO 3	
SUPPRESSIO E SURRECTIO - UM PANORAMA GERAL .....	63
3.1. ORIGEM .....	63
3.2. NATUREZA JURÍDICA .....	66
3.3. DIFERENCIAÇÃO DE FIGURAS JURÍDICAS AFINS .....	67
3.3.1. Prescrição e decadência .....	67
3.3.1.1. A prescrição atua sobre pretensões e a decadência sobre direitos .....	68
3.3.1.2. O direito é <i>facultas agendi</i> .....	72
3.3.1.3. A decadência relaciona-se aos direitos potestativos, e, a prescrição, aos “direitos a uma prestação” .....	74
3.3.1.4. Apenas os direitos obrigacionais são direitos a uma prestação ....	77
3.3.1.5. O objeto da prescrição são as pretensões em sentido estrito ....	87
3.3.1.6. A prescrição relaciona-se, substancialmente, aos direitos de crédito .....	89
3.3.1.7. Termo <i>a quo</i> da prescrição .....	92
3.3.1.8. Resumo .....	93
3.3.1.9. <i>Suppressio</i> , prescrição e decadência .....	94
3.3.2. Renúncia tácita .....	98
3.3.3. <i>Venire contra factum proprium</i> .....	101
3.3.4. <i>Tu quoque</i> .....	104
3.3.5. <i>Exceptio doli</i> .....	105
3.4. ESTUDO DE CASOS .....	107
3.4.1. Esfera contratual .....	107
3.4.1.1. Caso “Rescisão Unilateral” .....	107
3.4.1.2. Caso “Remuneração Mínima” .....	110
3.4.1.3. Caso “Reajuste” .....	112

3.4.1.4. Caso “ <i>Home Care</i> ” .....	114
3.4.2. Esfera extracontratual .....	116
3.4.2.1. Caso “ <i>Goldina</i> ” .....	116
3.4.2.2. Caso “ <i>Condomínio Misto</i> ” .....	117
3.4.2.3. Caso “ <i>Área Comum</i> ” .....	119
3.4.2.4. Caso “ <i>Armários</i> ” .....	122
3.4.2.5. Caso “ <i>Despesas Condominiais</i> ” .....	125
3.4.3. Esfera administrativa.....	127
3.4.3.1. Caso “ <i>Mercado Secundário de Veículos</i> ” .....	127
3.4.4. “ <i>Não-suppressio</i> ” ou “ <i>Não-surrectio</i> ” .....	129
3.4.4.1. Caso “ <i>Servidão de água</i> ” .....	130
3.4.4.2. Caso “ <i>Alimentos</i> ” .....	131
3.5. <i>SUPPRESSIO</i> .....	133
3.5.1. Conceito .....	133
3.5.2. Requisitos .....	136
3.5.2.1. Omissão qualificada de pretensão ou direito, <i>a priori</i> , lícito e exercitável.....	136
3.5.2.2. Legítima confiança .....	138
3.5.2.3. Exercício contraditório.....	139
3.5.3. “ <i>Não-requisitos</i> ” .....	141
3.5.3.1. Dano .....	141
3.5.3.2. Culpa.....	142
3.5.3.3. Identidade de sujeitos .....	143
3.5.4. Campo de incidência e objeto.....	144
3.5.5. Escopo.....	145
3.6. <i>SURRECTIO</i> .....	148
3.6.1. Conceito .....	148
3.6.1.1. <i>Surrectio</i> como subproduto da <i>suppressio</i> .....	149
3.6.1.2. <i>Surrectio</i> como fonte de obrigações.....	151
CAPÍTULO 4	
EFEITOS DA <i>SUPPRESSIO</i> E DA <i>SURRECTIO</i> .....	157
4.1. DAS CLÁUSULAS GERAIS .....	157
4.1.1. Origem .....	157
4.1.2. Estrutura.....	159
4.1.2.1. A estatuição nas cláusulas gerais .....	161
4.1.2.2. A consequência nas cláusulas gerais.....	163
4.1.3. As funções .....	165
4.1.3.1. Abertura.....	165
4.1.3.2. Estabilidade.....	166
4.1.3.3. Ressistematização e progresso .....	167
4.1.4. As vantagens e desvantagens das cláusulas gerais .....	168

4.1.5. A atuação do juiz diante de uma cláusula geral .....	171
4.2. DO PLANO DA EFICÁCIA .....	177
4.2.1. Existência, validade e eficácia.....	177
4.2.2. Deseficacização .....	181
4.2.2.1. Desjuridicização <i>versus</i> deseficacização.....	182
4.2.2.2. Atos-fatos deseficacizantes.....	183
4.2.3. A ineficácia.....	189
4.2.4. Escopo.....	191
4.3. DOS EFEITOS MATERIAIS.....	192
4.4. DOS EFEITOS TEMPORAIS .....	193
4.4.1. O porquê da eficácia temporária ser a resposta adequada.....	193
4.4.1.1. Natureza extraordinária.....	194
4.4.1.2. Justiça individualizadora.....	195
4.4.1.3. Raciocínio tópico .....	196
4.4.1.4. Fundamento: tutela da confiança.....	197
4.4.2. Fundamentos doutrinários .....	199
4.4.3. Fundamentos jurisprudenciais .....	202
4.4.4. Casos de extinção.....	207
4.4.5. A ineficácia temporária.....	209
4.5. <i>SURRECTIO VERSUS</i> DIREITO ADQUIRIDO .....	210
4.5.1. Breves Noções De Direito Intertemporal.....	210
4.5.1.1. Teoria subjetiva .....	211
4.5.1.2. Teoria objetiva.....	212
4.5.1.3. A teoria adotada pelo Direito brasileiro .....	215
4.5.2. <i>Surrectio</i> e Direito Adquirido.....	216
CONCLUSÃO .....	223
REFERÊNCIAS .....	227